

## **Discurso da ministra do Planejamento, Miriam Belchior, no II Congresso de Informação de Custos e Qualidade do Gasto no Setor Público**

**Brasília, 17 de outubro de 2012**

Nos últimos anos, o Brasil consolidou um novo modelo de desenvolvimento. A economia cresceu, e as desigualdades – algumas histórias – diminuíram.

Esses movimentos resultam, também, da reorientação dos gastos públicos.

Se, por um lado, o esforço fiscal permitiu a redução do endividamento público, por outro lado foram elevados os gastos sociais e a taxa de investimento no país.

Efetivamente, o montante total dispendido com políticas sociais mais do que dobrou, elevando-se de R\$ 307 bilhões em 2000 para R\$ 687 bilhões em 2012 (em valores corrigidos pelo IPCA base dez/2011).

Sob a ótica da participação dos gastos sociais no PIB, esta passou de 12,3% em 2000 para cerca de 16,2% em 2012.

De 2003 a 2010, a taxa de investimento em proporção do PIB passou de 15,2% em 2003 para 20,3% em 2010 – e chegou a 20,7% no ano passado.

Neste mesmo período, o investimento do Setor Público como um todo passou de 2,6% do PIB para 4,1% em 2011. Sendo que só a Administração Pública Federal aumentou o seu dispêndio em 550%.

Em paralelo, o governo manteve o superávit primário das contas públicas ao longo de todos esses anos.

Esse processo dos últimos anos só foi possível devido à permanente busca da qualidade do gasto público – é o que chamo de “fazer mais e melhor com menos”.

A consolidação do pregão eletrônico nas compras públicas é um exemplo de medidas que ajudam a dar qualidade ao gasto.

A qualidade do gasto deve ser o ponto primordial de compromisso do governo e isto não se traduz simplesmente na ideia de reduzir gastos ou mesmo de reduzir gastos de custeio e aumentar gastos com investimentos.

É preciso destacar que, mesmo entre as despesas correntes, estão inseridas diversas políticas importantes para a vida dos cidadãos. São exemplos as despesas com a seguridade social e com a segurança pública.

Estão também classificadas como custeio, as despesas com material de laboratório nas universidades e nas escolas técnicas e remédios para os hospitais. Sem falar no pessoal que presta serviços de saúde e educação. Bolsa Família também é custeio, mas é uma política pública essencial para reduzir a extrema pobreza.

Por essa razão, o debate sobre a qualidade do gasto, não pode ser simplista, baseado na mera demonização das despesas de custeio, pois ela não é por si mesma ruim, o que é ruim é a despesa desnecessária e o desperdício.

O governo federal vem fazendo um grande esforço para contenção das despesas administrativas e em áreas meio, para garantir mais recursos para investimentos e políticas públicas voltadas à melhoria dos serviços à população.

Neste ponto, é preciso ressaltar a criação da Câmara de Gestão, Desempenho e Competitividade pela presidenta Dilma Rousseff, em 2011.

É um sinal claro do engajamento pessoal da presidenta e de sua equipe de governo para tornar ainda mais amplas e efetivas as iniciativas de aprimoramento da gestão pública no País.

A Câmara de Gestão é composta por ministros – Casa Civil; Planejamento; Fazenda; e Desenvolvimento, Indústria e Comércio – e por executivos bem sucedidos do setor privado, com larga experiência e liderança nas áreas de gestão e competitividade em seus setores de atividade.

Esse olhar conjunto, com pessoas capazes de pensar o Brasil em termos estruturais e dotadas, ao mesmo tempo, de indispensável visão social, tem permitido ao governo estabelecer diretrizes para ações estratégicas voltadas à superação dos desafios de inovação no setor público.

Deste debate resultou uma ampla agenda de eficiência na gestão do governo federal, compondo um programa coeso e englobando um conjunto de projetos e iniciativas, que incluem uma série de medidas para melhoria da eficiência no gasto.

Essa agenda incorporou, por exemplo, o projeto “Esplanada Sustentável”, desenvolvido pela Secretaria de Orçamento Federal. Esse projeto visa a redução do gasto com custeio – energia elétrica, limpeza e papel, entre outros – e promoção de uma reflexão socioambiental, cujo objetivo é estimular o uso racional dos recursos naturais e dos bens públicos.

Não é só uma questão de redução de custos portanto, mas também de sustentabilidade. Trata-se de como economizar energia e aproveitar a água, além de garantir a gestão integrada de resíduos e sua destinação ambientalmente correta.

Atualmente contamos com a participação, por adesão, de 21 ministérios, com pactuação de metas de redução média de 9% nos gastos de 2013. Considerando-se os órgãos do Poder Executivo em todo o Brasil, a economia potencial é de R\$ 2 bilhões.

Uma parte do ganho com a redução desses gastos, o ministério mantém para ampliar políticas públicas sob sua responsabilidade, que é um mecanismo de incentivo para alcançar as metas.

Estão em curso vários outros projetos, de melhoria do controle das despesas com folha de pagamento; de economia com passagens e diárias; de racionalização do uso do patrimônio próprio e redução de aluguéis – para citar alguns.

Também estão em análise a centralização de compras, serviços e contratos e a reestruturação do Sistema de Informações de Custos, que é necessária por conta das mudanças conceituais promovidas pelo Plano Plurianual 2012-2015, com a criação de macroprogramas e objetivos.

O governo, reitero, tem buscado a qualidade no gasto público. Mas não trata essa questão como um objetivo em si mesmo – a intenção é, e continuará sendo, melhorar os serviços prestados à população, aprimorando a gestão e contribuindo para o crescimento sustentado do país, com redução das desigualdades sociais.

Objetivo que temos alcançado nesses últimos dez anos.

Desejo a todos um excelente trabalho nesse seminário e que os resultados do debate possam cada vez mais nos levar a uma administração pública mais sintonizada com os interesses dos brasileiros

Obrigada.